

RELATÓRIO

Demonstrações Financeiras

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

*31 de dezembro de 2003 e 2002
com Parecer dos Auditores Independentes*

Demonstrações Financeiras

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

*31 de dezembro de 2003 e 2002
com Parecer dos Auditores Independentes*

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

Índice

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações do Resultado.....	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	6
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	7

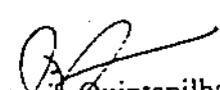
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Rodovia das Cataratas S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Rodovia das Cataratas S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rodovia das Cataratas S.A.** em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota 14, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como, a possibilidade do Governo do Estado promover a desapropriação das ações da Companhia, como forma de retomar o controle da atividade, presentemente concedida à mesma.

Curitiba, 16 de janeiro de 2004

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 15199/O-6 "S" PR


Marcos Antônio Quintanilha
Contador CRC-I-SP-12776/O-3 T-SC-S-PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
ATIVO		
Circulante		
Caixa e bancos	665	1.231
Aplicações financeiras (nota 4)	9.154	-
Titulos a receber	491	377
Impostos a recuperar	56	74
Adiantamentos a fornecedores	163	41
Outros créditos	280	247
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	1.520	-
Despesas do exercício seguinte	1.228	3.472
	<u>13.557</u>	<u>5.442</u>
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	969	2.429
Aplicações financeiras vinculadas (nota 4)	3.329	3.126
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	5.182	8.105
	<u>9.480</u>	<u>13.660</u>
Permanente		
Imobilizado (nota 6)	78.196	79.685
	<u>78.196</u>	<u>79.685</u>
Total do ativo	<u><u>101.233</u></u>	<u><u>98.787</u></u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2003	2002
Receita bruta de serviços	73.323	59.082
Impostos sobre a receita	(6.865)	(4.926)
Receita operacional líquida	66.458	54.156
Custo dos serviços prestados (nota 13)	(43.484)	(35.806)
Lucro bruto	22.974	18.350
Despesas administrativas	(3.756)	(3.638)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	19.218	14.712
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.783	428
Juros recebidos	31	174
Descontos obtidos	8	17
Variações cambiais sobre empréstimos	1.759	152
Outras receitas	3	6
	3.584	777
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(9.537)	(7.954)
Comissão bancária	-	(86)
Variações cambiais sobre empréstimos	-	(3.975)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(1.310)	(563)
Outras despesas	(64)	(259)
	(10.911)	(12.837)
Resultado financeiro líquido	(7.328)	(12.060)
Resultado operacional	11.891	2.652
Resultado não operacional (nota 11)	(293)	(6.210)
Resultado antes dos impostos	11.598	(3.558)
Imposto de renda e contribuição social (nota 5)	(3.904)	8.105
Lucro líquido do exercício	7.694	4.547
Lucro por ação – R\$ 1,00	0,18	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2001	41.849	(20.822)	21.027
Lucro líquido do exercício	-	4.547	4.547
Saldos em 31 de dezembro de 2002	<u>41.849</u>	<u>(16.275)</u>	<u>25.574</u>
Lucro líquido do exercício	-	7.694	7.694
Saldos em 31 de dezembro de 2003	<u>41.849</u>	<u>(8.581)</u>	<u>33.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	2003	2002
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	7.694	4.547
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	14.375	12.334
Baixas do imobilizado	342	6.496
Variações cambiais de longo prazo	(1.759)	3.301
Impostos diferidos	1.403	-
	<u>22.055</u>	<u>26.678</u>
De terceiros:		
Aumento em empréstimos e financiamentos	11.339	28.548
Aumento da provisão para contingência	486	1.123
Redução do realizável a longo prazo	2.777	-
	<u>14.602</u>	<u>29.671</u>
Total das Origens	<u>36.657</u>	<u>56.349</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No imobilizado	13.228	32.805
Transferência do exigível para o circulante	12.847	2.254
Redução da provisão para contingências	1.660	-
Total das Aplicações	<u>27.735</u>	<u>47.043</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>8.922</u>	<u>9.306</u>
Variação do capital circulante líquido		
Ativo Circulante		
No final do exercício	13.557	5.442
No início do exercício	(5.442)	(3.280)
	<u>8.115</u>	<u>2.162</u>
Passivo Circulante		
No final do exercício	14.587	15.394
No início do exercício	(15.394)	(22.538)
	<u>(807)</u>	<u>(7.144)</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>8.922</u>	<u>9.306</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

1. Atividades operacionais

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do lote 003 da rodovia BR 277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional n. 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à sociedade, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do lote 003, bem como o desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de paisagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas se estenderá, no mínimo, durante a vigência de 24 anos da concessão de um trecho de 387,1 Km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consoante principais práticas contábeis descritas na nota 3, e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados pró-rata "tempore".

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Aplicações financeiras

São avaliadas pelos valores originalmente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de realização.

c) Despesas do exercício seguinte

Os custos com renovação de apólices de seguro, conforme previsto em cláusula contratual de concessão, a qual prevê a cobertura para a conclusão das obras futuras a serem realizadas pela Companhia durante todo o período de concessão, são diferidos e amortizados pelo período da respectiva cobertura.

d) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, indicadas na nota 6.

e) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores de captação, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados junto às instituições financeiras, até a data dos balanços, conforme nota 7.

f) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data dos balanços, quando aplicável.

g) Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social são efetuados à alíquota base de 15% (acrescida de adicionais de 10% sobre a parcela do lucro excedente à R\$ 240 no exercício) e de 9%, respectivamente, sobre o lucro líquido, ajustado por adições e exclusões previstas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2003, foram constituídas as provisões para imposto de renda e contribuição social correntes, assim como foi registrado imposto de renda e contribuição social diferido ativo, sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

4. Aplicações financeiras

Banco	Tipo de aplicação	Juros	RS (mil)	
			2003	2002
Banco do Brasil	Renda fixa	100% CDI	31	-
Banco Rural	Renda fixa	101% CDI	355	-
Banco BIC	Renda fixa	103% CDI	5.273	-
Unibanco	Renda fixa	100% CDI	3.495	-
Total curto prazo			9.154	-
Unibanco	Caução BNDES	100% CDI	3.329	3.126
Total longo prazo			3.329	3.126

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a conta vinculada destinada a suprir, em caso de insuficiência de saldo na conta corrente, o pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito na nota 7. O saldo desta conta ficará bloqueado até o vencimento final do contrato de empréstimo, sendo facultada sua aplicação financeira.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes no próximo exercício social e têm a seguinte composição:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Ativo:						
Sobre prejuízos fiscais	4.430	5.220	1.764	2.089	6.194	6.567
Sobre provisões temporariamente não dedutíveis	420	740	88	56	508	644
	4.850	5.960	1.852	2.145	6.702	8.105
Ativo circulante					1.520	-
Realizável a longo prazo					5.182	8.105

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O orçamento econômico-financeiro elaborado pela Companhia indica uma expectativa de que os créditos fiscais diferidos ativos poderão ser substancialmente realizados nos próximos quatro anos, conforme apresentado abaixo:

	<u>RS</u>
2004	1.520
2005	1.565
2006	2.038
2007	1.579
	<u>6.702</u>

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>31.12.03</u>	<u>31.12.02</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(1.741)	-
Imposto de renda diferido	(1.110)	(5.960)
Imposto de renda	<u>(2.851)</u>	<u>(5.960)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(760)	-
Contribuição social diferida	(293)	(2.145)
Contribuição social	<u>(1.053)</u>	<u>(2.145)</u>

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.03</u>		<u>31.12.02</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro/Prejuízo antes dos impostos sobre renda	11.598	11.598	(3.558)	(3.558)
Prejuízo acumulado até 31/12/01	-	-	(21.488)	(20.915)
Diferenças permanentes:				
Despesas Indedutíveis	579	463	1.205	641
Outros	(773)	(361)	-	-
Base de cálculo	<u>11.404</u>	<u>11.700</u>	<u>23.841</u>	<u>23.832</u>
Aliquotas	25%	9%	25%	9%
Total	<u>2.851</u>	<u>1.053</u>	<u>5.960</u>	<u>2.145</u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

6. Imobilizado

Descrição	Taxas Anuais de depreciação	31.12.2003		31.12.2002	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	630	(325)	305	375
Hardware e software	20%	4.926	(4.342)	584	662
Máquinas e equipamentos	10%	1.337	(625)	712	818
Veículos	20%	1.131	(725)	406	725
Rodovia	De 4 a 20%	114.868	(38.679)	76.189	77.105
Totais		122.892	(44.696)	78.196	79.685

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento Final	31.12.2003		31.12.2002	
				Curto Prazo	Longo prazo	Curto Prazo	Longo prazo
Para Investimentos:							
BNDES	TJLP	5,00% a.a.	15.07.2011	4.780	42.733	736	48.730
BNDES	V.C. (a)	5,00% a.a.	15.07.2011	876	8.858	135	5.935
Daimler Chrysler	-	34,96% a.a.	29.08.2004	196	-	225	193
Total				5.852	51.591	1.096	54.858

(a) Calculada com base em unidade monetária do BNDES, a qual reflete a variação cambial de uma cesta de moedas composta por: dólar norte-americano (75,8%), Euro (5,2%), Iene (18,8%) e Franco-suíço (0,2%).

Em 14 de dezembro de 2001 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedeu à Companhia, linha de crédito no valor de R\$50.264 mil, com a finalidade de execução das obras e serviços destinados à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de parte da rodovia BR-277 e as rodovias de acesso PR-180, PR-874, PR-474 e PR-590, integrantes do Anel de Integração designado lote 03.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos, foram entregues cartas de fiança, avais de acionistas e notas promissórias. Adicionalmente, em 14 de dezembro de 2001 a empresa controladora indireta Sídeco Americana S.A. constituiu-se como devedora solidária no financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor original total de R\$50.264, com vencimento final em 15 de julho de 2011.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	R\$
2.005	8.057
2.006	8.057
2.007	8.057
após 2.007	27.420
	51.591

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

8. Provisão para contingências

Refere-se a passivos registrados para fazer face a possíveis perdas com discussões judiciais, principalmente relativas ao Imposto Sobre Serviços - ISS. Concomitantemente à constituição da provisão, vêm sendo efetuados depósitos judiciais para assegurar a continuidade das discussões nos tribunais.

Em 6 de maio de 2003, a Companhia obteve homologação da desistência de ação judicial movida contra a União, relativa à majoração da alíquota da COFINS introduzida pela Lei nº 9.718/98. Desta forma, foi revertido em favor da União o valor de R\$1.644, relativo aos depósitos judiciais anteriormente efetuados. Esta reversão não teve impacto no resultado do exercício, uma vez que os valores encontravam-se devidamente provisionados.

9. Instrumentos financeiros

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros para administrar sua exposição às variações de câmbio e outras e, em consequência, não tem implementado transações associadas a instrumentos financeiros, que possam gerar riscos de perda futura não registrada nas demonstrações financeiras. A posição dos empréstimos indexados em moeda estrangeira está demonstrada na nota 7.

10. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2003, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias.

O capital social está representado por 41.849.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Aos acionistas detentores de ações ordinárias, o Estatuto prevê o pagamento de dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado na forma da lei.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

11. Resultado não Operacional

Refere-se, basicamente, à baixa, por desgaste, de um trecho de aproximadamente 7,94 Km (73,40 Km em 2002) da Rodovia, o qual havia sido totalmente restaurado em 1998 e cujo custo incorrido, líquido de depreciação acumulada, no montante de R\$296 mil (R\$ 6.274 em 2002), encontrava-se registrado na rubrica "Rodovia", no grupo de ativo imobilizado. Durante o exercício, este trecho foi totalmente restaurado, sendo o custo dessa restauração lançado a débito no ativo imobilizado.

12. Seguros

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, onde o beneficiário é o DER-PR.

13. Composição de custos dos serviços

Os gastos relacionados à manutenção e conservação da rodovia, assim como todos os gastos relacionados à manutenção, conservação e operação das praças de pedágio, são alocados ao resultado quando incorridos e classificados contabilmente como custo dos serviços prestados, que engloba a depreciação dos ativos relacionados a estas operações.

Para melhor apresentação da demonstração de resultado, foi procedido ao rateio dos itens que representam os gastos classificáveis como custo, baseado em levantamentos contábeis e correlação com o orçamento previamente elaborado pela Companhia.

Durante o período, a Companhia reconheceu, como custo dos serviços, o montante de R\$2.601 relativo a verba rescisória, oriunda de contratos celebrados entre o DNER e diversas empreiteiras, pertinente a obras e serviços de engenharia prestados durante o período anterior à data do início da concessão da Rodovia, conforme termo aditivo do contrato de concessão. O saldo remanescente no montante de R\$1.764 deverá ser pago durante o exercício de 2004.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

14. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.063 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 3 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

Em janeiro de 2004 o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de "utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto" de cinco das seis Companhias que fazem parte do "Anel de Integração do Estado do Paraná". Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria-Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação.

Atualmente, a Administração da Companhia, juntamente com parcela significativa das demais Concessionárias de rodovias que formam o chamado "Anel de Integração do Estado do Paraná", encontra-se em fase de análise junto aos seus assessores legais sobre a melhor alternativa para contestar as medidas judiciais e extra-judiciais mencionadas no parágrafo anterior e além disso, encontra-se também discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A Companhia encontra-se em total atendimento a todos os requerimentos estabelecidos pelo contrato de concessão.